

# Qualificação, Desqualificação e Desvalorização da Força de Trabalho

Maria Carmela Buonfiglio

Prof. Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Ciências Sociais da UFPb.

A nova revolução tecnológica renovou o interesse pela polêmica questão da qualificação e da desqualificação dos trabalhadores como uma consequência da introdução das novas tecnologias.

O presente artigo, que apresenta uma discussão dessa problemática, rejeita a tese da desqualificação “tout court” e propõe um conceito amplo – a qualificação e desqualificação relativas, que está muito longe da famosa dicotomia qualificação-desqualificação geralmente proposta, que tende a ver no processo de trabalho uma elite de trabalhadores super qualificados ao lado da massa desqualificada.

## 1. O ATAQUE AO OFÍCIO:

Embora seja um lugar comum afirmar-se que tanto a máquina como o taylorismo foram instrumentos eficazes para a destruição dos ofícios, e apesar do muito que se discutiu a esse respeito, a qualificação dos trabalhadores é ainda um assunto polêmico. Por isso, voltaremos a essa questão para resgatar alguns pontos relativos a este problema.

Em primeiro lugar, devemos explicitar em que consistiu o ataque ao ofício e por que era essa uma tarefa imprescindível. E aqui também a resposta não é nova: os ofícios e suas agremiações bloqueavam o pleno desenvolvimento do capitalismo ao impor medidas que protegiam seus membros – medidas essas que iam desde a fixação de tarifas até a formação do pessoal capacitado, passando pelo controle do exercício da atividade. Ao depender desse tipo de trabalhadores, que dominavam o processo produtivo, o capital se encontrava muito vulnerável. Portanto, tornara-se imprescindível a destruição dos ofícios. E os instrumentos ideais para isso foram tanto a tecnologia como a “técnica social”, que encontrou no taylorismo a ferramenta ideal. Porém a destruição do ofício não se reduziu simplesmente a uma destruição de conhecimentos: ao contrário, foi acompanhada de uma transferência, de uma apropriação desses conhecimentos pelo capital, o que lhe permitiu um maior controle sobre o processo produtivo. (Tudo isso já foi assinalado por muitos autores, entre os quais, Braverman e Marglin.)

Divisão do trabalho, parcelamento das tarefas, maquinaria, automação: todos, elementos que participam desse processo e que permitem dividir os trabalhadores, cooptar uma parte deles ou pelo menos neutralizá-la para então redistribuir sobre uma nova base o conhecimento necessário para o funcionamento da produção.

Aqui, atenção: quando dizemos que se dá uma redistribuição de conhecimentos, queremos dizer que se devolvem aos trabalhadores os conhecimentos necessários à produção. Não há dúvida de que esse retorno implicará uma devolução fragmentada, dividida, manipulada, controlada. No entanto, é importante ressaltar esse aspecto aparentemente óbvio: em qualquer processo produtivo o conjunto de trabalhadores detém os conhecimentos necessários para sua realização. Se se trata de uma produção automatizada na qual o "savoir-faire", a mestria está toda concentrada na máquina, ainda assim os trabalhadores deverão estar em condições de controlá-la. Não há produção possível se não houver controle da situação pelas pessoas nela envolvidas. E isso também é qualificação. Portanto, aqui se apresentam duas questões que merecem ser discutidas:

a) Se por um lado, a transformação do processo produtivo torna obsoletas algumas qualificações, por outro, estabelece novas qualificações. Estas, geralmente não conservam as características dos antigos ofícios, porém correspondem às necessidades da produção. Não cabe aqui comparação. São qualificações distintas e, certamente, o conjunto das novas representa uma quantidade de conhecimentos maior que aquele representado pelas antigas qualificações.

b) O fato de que esse conjunto de qualificações agora se apresente dividido de forma a permitir a dominação do capital é sem dúvida de importância fundamental. Isso porque a recomposição das qualificações sob sua direção permitiu:

- ampliar a massa de qualificações requeridas pelo desenvolvimento das forças produtivas sem se submeter a uma categoria decididamente antagônica;
- fragmentar as qualificações entre as diversas categorias de trabalhadores para assegurar a qualificação necessária à produção e, ao mesmo tempo, beneficiar-se da desvalorização da força de trabalho.

## 2. A DESVALORIZAÇÃO:

A desvalorização do trabalho vivo, como todos sabem, é consequência da divisão do trabalho e da transferência de habilidade à máquina, pois ambos processos permitem a incorporação de uma parte significativa de trabalhadores com reduzido tempo de aprendizagem. Entretanto, há ainda outro fator: a desvalorização também é possível porque se nega o reconhecimento social às habilidades identificadas como "manuais". Talvez resida nisso o segredo do

taylorismo. Ou seja, o erro em fazer crer que a divisão entre execução e concepção correspondia de fato a divisão entre trabalho manual e trabalho mental e com isso impingir à execução o desprezo arraigado nas sociedades antigas ao "trabalho manual".

Evidentemente não se trata somente de ideologia, de fazer crer, etc. Isso só foi possível a partir de condições reais de existência de contingentes de força de trabalho capazes de garantir uma integração em tais bases. Porém, nada mais falso que a frase de Taylor: "Não lhes pedimos que pensem, há outros a quem se paga para isso". Assim como o capital constante entra por inteiro na produção, o operário ainda quando executa a mais parcelizada das tarefas, também entra por inteiro na produção. (1) Sem atenção, sem pensamento não há produção possível. E isso já o sabia o próprio Ford, o responsável pela parcelização do trabalho, que incentivava as "idéias", as sugestões dos operários. (2) Por isso, a frase de Taylor foi substituída por outra: "Não trabalhem mais pesado e sim com mais inteligência" (3)

Agora, sempre que se possa recorrer a uma força de trabalho abundante no mercado de trabalho nacional ou internacional e desprovida do reconhecimento social de suas habilidades, o capital pode se beneficiar de suas qualidades a um valor depreciado. (4)

No entanto, uma situação como essa pode ser modificada. Então, a categoria inteira de trabalhadores "desqualificados" se reconhece "certa qualificação". Tomemos dois exemplos; a situação observada na Itália, no final dos anos sessenta, e na França, nos primeiros anos da década 70.

#### O CASO DA ITÁLIA:

Os dados das estatísticas oficiais para 1970 revelavam um aumento das qualificações na indústria italiana. Praticamente as categorias de menor qualificação desapareciam. O mais significativo é que isso ocorria precisamente nos primeiros anos da crise econômica, o que sempre pressupõe uma situação desvantajosa para a classe operária. Dentro das várias explicações para o fenômeno se destacam as do Instituto Gramsci de Milão e a de Massimo Paci, que na verdade se complementam. Aqui nos deteremos mais na de Paci, (PACI: 1973), por sua originalidade.

O Instituto Gramsci explica o aumento das qualificações pela combatividade operária. Paci, apesar de aceitar essa explicação a julga insuficiente, pois a ela faltaria explicar a origem da força desses trabalhadores num momento de expulsão do mercado de trabalho das chamadas "quotas débeis" (mulheres, jovens e trabalhadores mais velhos). E, para ele, a resposta a esta questão se encontra nas características do mercado de trabalho e nas necessidades do capitalismo maduro.

E o que acontece com o capitalismo maduro dos anos 60 - 70? Torna-se seletivo com respeito à força de trabalho. Já não se trata simplesmente de conseguir braços e sim de preencher certos requisitos, uma vez que a moderna

indústria exige trabalhadores de um determinado tipo: homens, entre os 30 e 35 anos, casados, com instrução secundária e com certa "experiência urbana".

Agora, quais são os efeitos dessa seletividade sobre o mercado de trabalho? Um mercado de trabalho claramente dividido: mercado de trabalho intelectual, mercado de trabalho industrial e mercado de trabalho marginal. É importante destacar que não há comunicação entre esses três setores, que praticamente não há intercâmbio entre eles. O bacharel não compete com o operário industrial ou vice-versa, assim como o trabalhador marginalizado pelo moderno setor industrial não compete com o operário industrial. Trata-se, portanto, de uma divisão entre os conceitos de "superpopulação relativa" e "exército industrial de reserva". Não há correspondência entre eles pelo menos no capitalismo atual. Cada um dos setores do mercado de trabalho tem muito bem definido seu próprio "exército industrial de reserva".

Portanto, o êxito das reivindicações dos operários italianos nesse período, e que em certa medida desmascarava a arbitrariedade do sistema de qualificações, foi possível pelo fortalecimento operário industrial no mercado de trabalho, pois era este o único segmento do mercado de trabalho livre da pressão do exército industrial de reserva.

#### **b) O CASO FRANCÊS: (5)**

Naturalmente a França apresenta uma diferença essencial com relação à Itália: seus operários desqualificados, os chamados "O.S.", não são franceses; foram recrutados entre os emigrantes argelinos, tunisianos marroquinos. Portanto, temos aqui uma divisão muito importante na estrutura e no movimento operário.

No entanto, nos anos posteriores a 68, culminando em 71, também na França aparece a luta pelas qualificações. E também aí se obteve algumas conquistas, com a modificação das tabelas classificatórias (CORIAT. 1982) E, sem dúvida, a principal delas consiste na rejeição operária do arbitrário sistema das qualificações, que com o "O.S." os condena irremediavelmente aos trabalhos mais pesados, menos remunerados e mais desprezados. (6)

Que conclusões podemos tirar desses exemplos? Em primeiro lugar, o caráter arbitrário dos sistemas de qualificações; em segundo lugar, que em circunstâncias favoráveis se pode obter um maior reconhecimento pelo trabalho executado, isto é, uma maior "qualificação".

### **3. QUALIFICAÇÃO: CONCEITO AMBÍGUO**

Atrás da aparente clareza desta palavra se esconde toda uma série de ambiguidades. Os administradores de pessoal ou aqueles que se ocupam da formação profissional geralmente a identificam com característica do indivíduo e da ocupação. Portanto, a determinação da "qualificação" se estabelece a partir de dois elementos básicos: a escolaridade do sujeito as características do posto de trabalho (complexidade das tarefas, grau de responsabilidade).

Podem também entrar outros elementos, como a experiência na função, por exemplo. Porém, atrás da aparente objetividade de tais critérios se esconde, como já vimos, a arbitrariedade: a ausência de reconhecimento social às qualidades implícitas no trabalho de execução, no chamado “trabalho manual”. Estas, longe da simplicidade que lhes é atribuída, implicam necessariamente em atenção, coordenação de movimentos, resistência física, etc. Aqueles que crêem na ilusão da simplicidade dessas tarefas certamente não tiveram a experiência da fábrica – e, naturalmente, como operário, como “peão”. Bastaria lembrar o relato de Robert Linhart, (LINHART, 1981) que entre outras coisas, desmistifica a falsa simplicidade das próprias tarefas da cadeia de montagem, geralmente tomadas como exemplo da desqualificação e da simplicidade total.

É claro que a imprecisão e a arbitrariedade em torno às qualificações não se limita a sua manipulação pelo “staff” da administração patronal. Frequentemente elas são encontradas entre os próprios intelectuais, que ao se proclamar contra a desqualificação operária, acabam por aceitar a arbitrariedade implícita nos sistemas de qualificação (7). Aqui, sem dúvida os homens do pensamento ficariam atrás dos operários mais “desqualificados”, que a rejeitaram. Porém seria injusto ao lhes atribuir esta falta, identificá-los com a ideologia patronal. O problema neste caso tem outra origem: geralmente ao denunciar a desqualificação tomam como referência os ofícios tradicionais. Com isso, negam-se a reconhecer os novos conhecimentos ou habilidades incorporados pelo próprio processo de destruição de ofícios como qualificações. É assim que o mesmo Coriat, que tem uma extraordinária clareza no que se refere ao componente “reconhecimento social” nas qualificações, (8) **questiona a qualificação dos trabalhadores altamente qualificados da indústria moderna por não corresponder essa qualificação aos antigos ofícios!** Vejamos, por exemplo, como se expressa ao se referir aos operários das indústrias de processo contínuo: “... porém aqui condições de ordem “técnica” (o bom desenvolvimento dos processos exige uma força de trabalho flexível, fluida, suscetível de enfrentar rapidamente os imprevistos) como “social” (necessidade de estabilizar no seio do processo de trabalho um núcleo de operários encarregados das tarefas de guia e de controle dos aparatos automáticos) levam a que se reconheçam como “qualificadas” categorias inteiras de operários que, propriamente falando, não possuem nenhum ofício (fora de sua indústria, a “qualificação” deixa de ser reconhecida”, (CORIAT: 1982).

No entanto, aqui se trata de outra coisa distinta: hoje, fora de seu emprego, um operário possuidor do ofício no sentido tradicional provavelmente terá as mesmas dificuldades em fazer valer seu ofício que seu companheiro do exemplo de Coriat. Portanto, cremos que se deve rejeitar tanto a ideologia do trabalho desqualificado como a ideologia do ofício, pois uma como a outra não constituem a chave para entender a questão das qualificações na atualidade. Vejamos alguns exemplos da total impropriedade que delas resulta. Po-

rém, em primeiro lugar se deve esclarecer o que se entende por “qualificação”, qual é o parâmetro de referência para medi-la ou para determinar sua ausência. Isso porque se se toma como referência os “ofícios”, só podemos concluir que há um avassalador processo de desqualificação. E isso não como uma consequência das novas tecnologias e do taylorismo e sim como um processo que se inicia desde a introdução das primeiras máquinas. Assistimos hoje à realização da tendência assinalada por Marx de um desenvolvimento tecnológico tal que acaba por depositar o “savoir-faire” na máquina, fazendo do homem um mero apêndice seu. Portanto, não deveria haver dúvida: se por qualificação entendemos o domínio de um ofício, entendido este como a capacidade criativa do homem na transformação da matéria somente com o auxílio de suas ferramentas de trabalho, deveríamos concluir que já não existe. O maquinismo e o taylorismo destruíram os ofícios e sem dúvida liquidaram esse tipo de qualificação.

Além disso, seria necessário refletir sobre o significado de um trabalhador qualificado nesse sentido na sociedade atual que persegue a automação. Sua situação econômica e social é mais que tudo lamentável e inferior àquela de seu colega “desqualificado” da indústria moderna. Pensamos, por exemplo, no operário da construção civil da Paraíba, alguns deles verdadeiros artistas em seu penoso labor. Ou, no velho mestre sapateiro que no final de sua vida foi condenado a remendar velhos sapatos para sobreviver miseravelmente. A produção em massa destruiu sua arte. Ou ainda, para usar um exemplo de Marx, pensemos no tecedor indiano que realizava um trabalho complexo, romantismos à parte, não compensa o sacrifício que significa ser hoje um trabalhador “qualificado” nesse sentido, ou seja, um representante de antigos ofícios atualmente desvalorizados socialmente.

Por outro lado, se tomamos como determinante em sua definição questões como escolaridade ou grau de responsabilidade requerido pela ocupação, também não se eliminam as dificuldades. Por exemplo, teríamos que considerar as teses de Harbison e Myers, (HARBISON: 1964) para quem a maior escolaridade dos trabalhadores, mais que um indicador de exigências da produção, refletem o aumento da escolaridade da sociedade. Ou então as várias denúncias, principalmente européias, relativas à função “estacionamento” (9) da Universidade; ou seja, um instrumento que permite retardar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, aliviando as pressões sobre ele.

Com relação ao grau de responsabilidade, aparentemente mais confiável, vejamos um único caso que anula essa aparência. Suponhamos uma fábrica que passa de uma situação de trabalho parcelado a uma organização do trabalho centrada em grupos semi-autônomos ou no enriquecimento do trabalho. Tal passagem pressupõe necessariamente um aumento de responsabilidade destes trabalhadores, porém seria absurdo pretender que implique também numa maior qualificação. Não houve mudança de pessoas, são as mesmas. Se trata somente de uma mudança no tipo de organização do trabalho que, portanto, não altera em nada a qualificação.

Se criticamos todos esses critérios para determinar as qualificações no capitalismo atual, vejamos quais são os aspectos que devem ser levados em conta para uma melhor compreensão do fenômeno:

#### 4. TRANSFORMAÇÕES DO PROCESSO PRODUTIVO: PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E DE DESQUALIFICAÇÃO RELATIVAS.

Para finalizar a questão, retomaremos alguns pontos já tratados no decorrer da exposição, ao mesmo tempo que acrescentaremos outros, todos, a nosso ver, imprescindíveis nesta discussão.

1. O desenvolvimento tecnológico pode ser uma arma contra os trabalhadores, porém é inegável que como não se produz por geração espontânea, implica necessariamente na existência de um conhecimento novo e maior. Por agora deixaremos de lado a questão dos criadores de conhecimento (a eles dedicamos um outro trabalho: "Teoria do Valor e Produção Automatizada"), restringindo-nos ao âmbito da produção industrial. Teremos que considerar dois casos: a indústria tipo processo contínuo (digamos uma petroquímica) e a indústria de processo discreto (por exemplo, uma automotriz com a clássica linha de montagem ou mesmo com sistema de grupos semi-autônomos; excluimos, por agora, robôs e similares).

Tanto numa como na outra, o conjunto de qualificações de conhecimentos necessários para a produção são elevados. Muitos deles já se encontram incorporados à própria máquina, porém outra parte considerável se encontra dividida entre o conjunto de trabalhadores; engenheiros, técnicos, operadores, pessoal de manutenção, operários especializados, (10) ajudantes, etc. As máquinas por mais hábeis que sejam, por maior capacidade de "raciocínio", precisão e rapidez que tenham, ainda devem ser controladas, consertadas ou atendidas. Neste ponto devemos discutir dois problemas: o primeiro relativo aos trabalhadores e operários; o segundo, relativo à distribuição de conhecimentos, habilidades e aptidões entre os diversos trabalhadores em cada um dos tipos de indústria acima mencionados.

2. **Trabalhadores e Operários:** Os operários representam somente uma parte dos trabalhadores de uma indústria. Porém, o que são os demais? Evidentemente, o "corpo técnico-administrativo" representado pelo conjunto de engenheiros, técnicos de todo tipo, supervisores, etc, se separam dos operários. Porém, sem dúvida as diferenças hierárquicas, salariais, de prestígio, de nível de instrução, etc, são insuficientes para apagar esta característica fundamental e comum a todos eles: a **condição de assalariado**. Portanto, essa divisão no conjunto dos trabalhadores — em alguns aspectos artificial — consegue que parte deles se identifique com os interesses do capital ou que pelo menos se declare "neutra". Este é, sem dúvida, um dos maiores êxitos do capital. Ou para sermos mais precisos, do taylorismo.

Agora: se reservamos o termo operário ao trabalhador industrial que não pertence à elite de técnicos e, ainda mais, opondo-os como contrários, também não poderemos falar de desqualificação como um processo derivado da destruição de ofícios. Os orgulhosos mestres de antigamente, da mesma forma que os técnicos de hoje, não aceitariam ser nivelados com a “massa desqualificada”.

Ao destruir ofícios o capital se apropria dos conhecimentos de uma determinada categoria profissional para devolvê-los modificados, divididos, a outra categoria que está sob seu controle. Nesse processo, qualificações, categorias inteiras, pessoas, ofícios são destruídos. No entanto, nem o capital pode evitar a devolução de conhecimentos, nem se pode pretender que os antigos ofícios estejam agora representados pela “massa desqualificada” incorporada à produção.

Por outro lado, nesse processo de devolução de conhecimentos, o capital assegura para si também o controle sobre o processo de formação de conhecimentos, auxiliado pelo Estado, ao mesmo tempo que tem o poder de determinar a hierarquia das qualificações. Esta última circunstância lhe possibilita, como já vimos, negar o reconhecimento a certas habilidades ou aptidões, que ao serem rotuladas como “desqualificadas” implicam numa desvalorização desses trabalhadores.

Portanto, acreditamos que se pode falar de um **processo de qualificação e desqualificação e desqualificação relativas**, porque ao mesmo tempo em que novos conhecimentos e novas habilidades enriquecem o conhecimento social, esse novo saber se apresenta, para o trabalhador individual, cada vez mais dividido, parcial, enfim, relativizado. O domínio de um ofício implicava um conhecimento total, um domínio de cada uma das fases — desde a concepção até à execução. Hoje, a maior qualificação possível pressupõe sempre uma certa defasagem entre todo o conhecimento que um dado processo produtivo implica e o conhecimento que cada trabalhador individual domina.

**3. Os trabalhadores das indústrias de processo contínuo e de processo discreto:** Embora a cadeia de montagem e o trabalho parcelado generalizaram a figura do operário parcial, sem domínio do conjunto do processo produtivo, o mesmo não se verifica na indústria de processo contínuo ou mesmo no setor “manutenção”. (11) Para controlar o processo ou para consertar as máquinas, os trabalhadores devem dominar um conjunto de conhecimentos técnicos suficientemente elevados. Não se trata do operário parcial: raciocínio, abstração, matemáticas, mecânica e outras habilidades são os requisitos desses trabalhadores ou técnicos qualificados. Aqui a pirâmide das qualificações se encontra invertida. Nada de “operário-massa”. Na indústria moderna, o operário típico se aproxima mais do operário do qual nos falava Paci, ou seja, urbanizado, com uma instrução geral de escola secundária que se soma a conhecimentos específicos. Aqui também não cabem as conclusões de Freyssenet, (12) segundo as quais tratar-se-ia de um processo que “super-qualifica” a uma mi-

moria e desqualifica a maioria. Nesta situação, não valem observações dessa natureza, porque o próprio processo de produção as desautorizam.

Vejam agora a situação inversa, ou seja, a indústria tipo processo discreto, o reino do trabalho parcelado, do operário-massa. Aqui sim se pode encontrar a concentração da qualificação entre alguns, ao lado da “desqualificação” massiva de que nos falava Freyssenet. Porém, ainda assim, colocações desse tipo só tem sentido à luz do que discutimos antes: a desqualificação tem muito a ver com a parcelização do trabalho, porém muito mais com a falta de reconhecimento das habilidades aí exigidas. Ou com as condições do mercado de trabalho e da situação de cada segmento do dividido exército industrial de reserva.

4. Portanto, para concluir, podemos dizer que o abismo que separa a realidade do operário universal qualificado e o “operário-massa” de Negri — sinônimo de operário desqualificado — não só está constituído pelos graus de domínio do processo de trabalho, mas também pelo não-reconhecimento de certas habilidades como qualificação. Talvez valesse recordar aqui que Ford já preconizava o operário genérico, universal, enfim, o mesmo “operário-massa” de Negri. E, no entanto, naquilo que se refere a qualificações talvez tenha razão Ford e não Negri, que achava que a crença na desqualificação era mais que tudo uma ilusão dos que vivem nos livros:

Porém ainda existe a convicção de que o operário que faz funcionar uma máquina é menos hábil e menos esperto que um daqueles antigos artesãos que trabalhavam a mão. Também se pensa que o nível médio de habilidade tátil e de digitação esteja em baixa entre os mecânicos e que os produtos das máquinas terminarão, por força de uniformidade, por nos rodear de um mundo sem graça e sem beleza. As pessoas que só vivem de livros sofrem às vezes esta ilusão.” (FORD apud Friedmann: 177 p. 140-141).

#### NOTAS:

(1) Para ilustrar como o trabalhador entra por inteiro na própria produção parcelada e repetitiva, vejamos um trecho de Simone Weil: “Nada pior do que a mistura da monotonia e do acaso; eles se agravam mutuamente, pelo menos quando o acaso é angustiante. É angustiante na fábrica pelo fato de não ser reconhecido; teoricamente, embora todo mundo saiba que não é nada assim, as caixas para por a peças fabricadas nunca faltam, os reguladores nunca fazem esperar e qualquer atraso na produção é erro do operário. O pensamento deve estar constantemente pronto ao mesmo tempo para seguir o curso de gestos indefinidamente repetidos e para encontrar em si próprio recursos para remediar o imprevisto. Obrigação econtraditória, impossível, exaustiva. O corpo está às vezes esgotado, de noite, à saída da fábrica, mas o pensamento está sempre esgotado, mais ainda que o corpo. Quem passou por este esgotamento e não o esqueceu, pode reconhecer-lo nos olhos de quase todos os operários que desfilam à saída da fábrica. Que bom seria poder depositar a alma, à entrada, no cartão de ponto e retomá-la inteira à saída!” (Weil, Simone: *A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão*, p. 134).

- (2) A esse respeito, assim se expressava G. Friedmann, *La crisis del progreso*, Barcelona, Ed. Laia, pp-152-153: "... Ford não renuncia a por o pensamento técnico dos trabalhadores a serviço da empresa. Através de copiosos incentivos estimula todas as sugestões que permitiam economias e reconhece de bom grado que a maior parte delas procedem dos supervisores. Frequentemente, as buscas dos operários se originam no desejo de tornar menos penoso o trabalho. E aqui, mais uma vez, encontram respaldo por parte de uma direção exclusivamente interessada no lucro, porque geralmente, ocorre que os procedimentos menos cansativos para os trabalhadores são também os mais baratos."
- (3) Robert J. Doyle, diretor pessoal da Donnelly Mirrors Co., assim se expressava num artigo de 1970, citado por D. Pignon e Jean Quetzola, "Autoridade e Democracia na produção", in A. Gorz (ed.), *Crítica da Divisão do Trabalho*, p. 130.
- (4) Essa colocação é perfeitamente compatível com a determinação do valor da força de trabalho em Marx. Lembre-se inclusive que esse valor historicamente determinado é mais um valor ideal, já que o salário geralmente oscila acima ou abaixo desse valor em função das pressões do exército industrial de reserva. A não valorização social de certas habilidades próprias do "trabalho manual" é um mecanismo que permite manter esse grupo de trabalhadores longe dos benefícios da produtividade alcançada..
- (5) Para a situação francesa nos apoiamos basicamente na obra de Benjamin Coriat, *Le taller y el cronómetro*, Madrid, Siglo XXI, 1982.
- (6) É claro que a condenação pode ir além do "O.S.". Com a crise, com a agudização do problema do emprego devido também à "reconversão industrial", podem servir também de bode expiatório. Agora são também responsáveis pelo desemprego entre os franceses! Sobre esta questão, veja-se *Actualidad laboral*, 1982/4 e 1982/3.
- (7) Entre as exceções destacamos mais uma vez os nomes de Massimo Baci e de Benjamin Coriat. Este último, na obra aqui citada, deiba bem claro este aspecto.
- (8) Um exemplo de sua clareza neste aspecto do problema: "se os postos de trabalho são considerados comonão qualificados isso se deve, na nossa opinião, mais ao fato de que as categorias de trabalhadores que os ocupam estão incapacitadas para fazer valer o valor do uso da força de trabalho que ao caráter não qualificado dos trabalhos que lhes são confiados." (op. cit., p. 119).
- (9) Com este termo os italianos denunciam o significado do crescimento da escolaridade registrado nos últimos anos: retardar as pressões sobre o mercado de trabalho.
- (10) Este termo, conforme o país, designa coisas diferentes: enquanto que na França é atribuído ao operário mais desqualificado, na Itália indica a maior qualificação operária. Porém, aqui nos servem ambas acepções.
- (11) Atualmente as inovações tecnológicas tendem a eliminar este tipo de trabalhador, uma vez que os desarranjos são facilmente identificados pelo computador e simplesmente se troca o módulo afetado. Porém aqui não examinaremos essa situação.
- (12) Freyssenet, Michel: "La división capitalista del trabajo", texto tradução-síntese da homônima obra, preparado por M. Scheingart, Colégio de México, 1981.

## BIBLIÓGRAFIA

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do Trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- CORIAT, Benjamim. *El taller y el cronómetro*. Barcelona, 1982.
- FRIEDMANN, Georges. *La Crisis del progreso*. Barcelona, 1977 (ed. original em francês, 1936).
- FREYSSENET, Michel. "La división capitalista del trabajo", texto trad. – síntese da homônima obra, preparada por M. Schteingart, Colégio de México, 1981.
- HARBINSON, Frederic e MYERS, Charles A., *Education, Manpower and Economic Growth*, N. Y., McGraw Hill, 1964.
- LINHART, Robert. *De cadenas y de hombres*, México, Siglo XXI, 2.<sup>a</sup> edição, 1981 (no Brasil, foi traduzido como o título *A Greve na fábrica*).
- PACI, Massimo. *Mercato del Lavoro e Classe Sociales in Italia*. Bolonha, Il Mulino, 1973.
- PIGNON, Dominique e QUERZOLA, Jean. "Autoritarismo e Democracia na Produção – Para que servem os patrões? In: A. Gorz (ed.): *Crítica da Divisão do Trabalho*, São Paulo, Martins Fontes Editora, 1980.
- WEIL, Simone. "A Recionalização". In: *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* – Ecléa Bosi (org.), R.J., Paz e Terra, 1959.